



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE RIO GRANDE EM 26.08.2015

Aos 26 dias do mês de agosto de 2015, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Rio Grande a Excelentíssima Senhora CARMEN GONZALEZ, Desembargadora Vice-Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Nádia Beatriz Dadalt, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004547-28.2015.5.04.0000. A Desembargadora Vice-Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro em exercício, SIMONE SILVA RUAS, pela Coordenadora CLAUDIA DE FELIPPE RODRIGUES, e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. A Juíza Diretora do Foro titular, Rachel de Souza Carneiro, não esteve presente em razão de férias. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1. INFORMAÇÕES GERAIS:

Data da instalação da Unidade: 25.06.1989
Data da última correição realizada: 14.08.2014
Jurisdição: Rio Grande, São José do Norte

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 26.08.2015

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1. DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juiz Diretor do Foro	Titularidade
Rachel de Souza Carneiro	2ª Vara do Trabalho

2.2. SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Rio Grande gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional.



2.2.1. Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Claudia de Felipe Rodrigues	Analista Judiciário - Área Judiciária	Coordenador (CJ1)	14.04.2014
2	Karen Christie Louro Mano Marques	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	07.01.2013
3	Diogo Votto Fernandes	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	17.02.2010
4	Ernesto Luiz Castro	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.06.2000
5	Jose Luiz da Silva Mattos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	09.02.2004
6	Julio Cesar Souza Berchon Des Essarts	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	28.05.2007
7	Rudimar Dombkewitsch Sartori	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	12.03.2001
8	Tomaz Alexandre Rembowski	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	15.02.1995
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Felipe Matozo Knopp	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	02.03.2015



2	Felipe Solano Moreira Monteiro de Franca	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	15.08.2012
3	Guilherme Agulham	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	25.05.2015
4	Luis Fernando Guerreiro Goncalves	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	27.05.2013
5	Luiz Carlos de Souza	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.07.2009
6	Marcio Fernando Bratz	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	29.07.2014

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015)

2.2.2. Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 7º, parágrafo único, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.

Informou a Coordenadora Cláudia que dos oito servidores lotados na CCDF, três trabalham efetivamente na Coordenadoria, e dois são da especialidade Segurança. Um servidor, José Luiz, exerce suas atividades na sala de apoio localizada no prédio 2, onde mantido o arquivo de processos da 3ª e da 4ª Varas do Trabalho de Rio Grande, e o atendimento dos malotes.

2.2.3. Afastamento dos Servidores

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Claudia de Felipe Rodrigues	Curso ou Evento	3 dias
		Curso Parcial	2 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (ODONTO)	1 dia
2	Karen Christie Louro Mano Marques	Casamento	8 dias
		Curso ou Evento	3 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

		Licença para Tratamento de Saúde (ODONTO)	1 dia	
3	Diogo Votto Fernandes	Curso ou Evento	5 dias	10 dias
		Licença Paternidade	5 dias	
4	Ernesto Luiz Castro	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	11 dias	11 dias
5	Jose Luiz da Silva Mattos	Doença em Pessoa da Família	26 dias	39 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	12 dias	
		Licença para Tratamento de Saúde (ODONTO)	1 dia	
6	Julio Cesar Souza Berchon Des Essarts	Curso ou Evento	5 dias	26 dias
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10 dias	
		Licença para Tratamento de Saúde (ODONTO)	1 dia	
		Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	10 dias	
7	Rudimar Dombkewitsch Sartori	Curso ou Evento	5 dias	5 dias
8	Tomaz Alexandre Rembowski	Curso ou Evento	4 dias	5 dias
		Dispensa do Ponto	1 dia	
Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Motivo	Dias de Afastamento	Total
1	Felipe Matozo Knopp	Curso ou Evento	5 dias	51 dias
		Curso Parcial	1 dia	
		Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	44 dias	
		Licença para Tratamento de Saúde (ODONTO)	1 dia	
2	Felipe Solano Moreira Monteiro de Franca	Casamento	8 dias	8 dias
3	Luiz Carlos de Souza	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	12 dias	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015)

2.2.4. Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade	Motivo da Saída



Judiciária					
1	Nilza dos Santos Pereira	14.11.2013	04.03.2014	3 meses e 20 dias	Aposentadoria
Servidores Lotados na Central de Mandados					
	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Giovana Carvalho Giordano	30.05.2008	29.01.2015	6 anos, 7 meses e 29 dias	Central de Mandados de Porto Alegre
2	Fabricio Carvalho Franco	15.10.2012	29.03.2015	2 anos, 5 meses e 14 dias	Central de Mandados de Santa Cruz do Sul

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015)

2.2.5. Estagiários:

A Unidade Judiciária não conta com estagiário de Direito, conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.08.2015.

2.3. CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO:

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro					
	Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Claudia de Felipe Rodrigues	60 horas	8 horas	20 horas	88 horas
2	Karen Christie Louro Mano Marques	30 horas	-	75 horas	105 horas
3	Diogo Votto Fernandes	20 horas	-	122 horas	142 horas
4	Ernesto Luiz Castro	-	-	-	-
5	Jose Luiz da Silva Mattos	-	-	-	-
6	Julio Cesar Souza Berchon Des Essarts	-	-	56 horas	56 horas
7	Rudimar Dombkewitsch Sartori	-	-	36 horas	36 horas
8	Tomaz Alexandre Rembowski	-	-	36 horas	36 horas
Servidores Lotados na Central de Mandados					



Servidor	Gestão Estratégica	PJe	Demais Cursos	Total
1	Felipe Matozo Knopp	-	38 horas	38 horas
2	Felipe Solano Moreira Monteiro de Franca	-	-	-
3	Guilherme Agulham	-	-	-
4	Luis Fernando Guerreiro Goncalves	-	5 horas	5 horas
5	Luiz Carlos de Souza	15 horas	206 horas	221 horas
6	Marcio Fernando Bratz	25 horas	90 horas	115 horas

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 10.08.2015)

* Gestora da Unidade Judiciária.

3. ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1. EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2013	668	R\$ 3.244,77	R\$ 453,46
Média mensal – 2013	55,67	R\$ 270,40	R\$ 37,79
2014	1.106	R\$ 5.351,23	R\$ 768,39
Média mensal - 2014	92,17	R\$ 445,94	R\$ 64,03
Varição 2013-2014	65,57%	64,92%	69,45%
2015 (até janeiro)	539	R\$ 2.424,87	R\$ 561,27

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 17.08.2015)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram recebidas pela Unidade, em média, 92,17 solicitações de emissão de certidão negativa por mês em 2014. Em relação ao ano anterior, registrou-se aumento de 65,67% na média de certidões expedidas mensalmente.

Em regra, as certidões negativas solicitadas são entregues em 24 horas, conforme informado pela Coordenadora. A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos originais e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são enviados ao arquivo do Foro.



3.2. UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

3.2.1. Reclamadas

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	17.372 – 97,82%	388 – 2,18%	17.760
Processos com reclamadas	60.071 (Totalmente) – 99,24%	142 – 0,23%	60.530
	317 (Parcialmente) – 0,52%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da CPCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Considerando que a tramitação processual das ações distribuídas a partir do dia 11.12.2012 passou a ser feita exclusivamente pelo sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT), consoante disciplinado pela Portaria Conjunta TRT4 nº 7.951/2012, apenas nos processos que ainda tramitam por meio físico se faz necessária a unificação de dados cadastrais.

Segundo informações prestadas pela Coordenadora, atualmente, em razão do volume de serviço, a unificação de dados cadastrais é realizada mediante solicitação, utilizando-se basicamente como instrumento de pesquisa a base de dados da Receita Federal do Brasil. Quando da inclusão de nova reclamada no banco de dados do sistema, é efetuada pesquisa minuciosa no sistema, com a finalidade de identificar a existência de cadastro da reclamada e, se for o caso, proceder à unificação. Além disso, há controle para unificação dos cadastros quando é determinada a inclusão de mais reclamadas ou sócios no polo passivo.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 17.08.2015, **97,82%** das reclamadas do Foro Trabalhista de Rio Grande encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam **99,24%** dos processos que tramitam no Foro. Esses números apontam recuo em relação aos dados colhidos na Inspeção Correcional de 2014, quando aferidos percentuais de 98,01% de reclamadas unificadas e de 99,33% de processos com cadastros de reclamadas totalmente unificados.

3.2.2. Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Endereços de Advogados	3.298 – 50,46%	3.238 – 49,54%	6.536



Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	45.098 (Totalmente) – 74,51%	13.879 – 22,93%	60.530
		1.553 (Parcialmente) – 2,57%		
	Reclamada	31.937 (Totalmente) – 52,76%	23.910 – 39,50%	
		4.683 (Parcialmente) – 7,74%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, em 17.8.2015, **50,46%** dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Rio Grande encontravam-se unificados, restando **3.238** endereços de advogados não unificados. Nos processos cadastrados no Foro, os endereços dos advogados de reclamantes e de reclamadas vinculados que se encontravam totalmente unificados representavam, respectivamente, **74,51%** e **52,76%**.

Na comparação os dados aferidos na Inspeção Correcional do ano de 2014, a Unidade Judiciária apresentou involução, porquanto, em 21.07.2014, havia 3.217 endereços de advogados com cadastro não unificado no Foro.

3.2.3. Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Órgãos	671 – 68,47%	309 – 31,53%	980
Processos com Órgãos	3.114 – 92,02%	270 – 7,98%	3.384

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

De acordo com o sistema informatizado inFOR, em 17.8.2015, o cadastro de órgãos do Foro Trabalhista de Rio Grande se encontrava **68,47%** unificado, restando 309 órgãos com cadastro não unificado, a exemplo do verificado na Correição realizada em 2014.

3.3. CADASTRAMENTO DE PETIÇÕES INICIAIS (PROCESSOS FÍSICOS)

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até julho)
Ação Anulatória	0	0	-	0
Ação Cautelar	1	0	-100,00%	1
Ação Civil Coletiva	1	0	-100,00%	0
Ação Civil Pública	0	0	-	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	1	0	-100,00%	0
Ação de cobrança de honorários	0	0	-	0
Ação de consignação	1	0	-100,00%	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Ação de cumprimento	6	3	-50,00%	0
Ação de indenização	1	0	-100,00%	0
Ação declaratória	1	1	0,00%	0
Ação monitória	0	0	-	0
Ação possessória	0	0	-	0
Ação de repetição de indébito	0	0	-	0
Ação de representação sindical	0	0	-	0
Ação rescisória-instrução	0	0	-	0
Carta de Ordem	0	0	-	0
Carta de sentença	4	1	-75,00%	2
Carta precatória	1	0	-100,00%	0
Carta rogatória	0	0	-	0
DC/RDCV-instrução	0	0	-	0
Embargos de terceiro	42	19	-54,76%	21
Habeas corpus	0	0	-	0
Habeas data	0	0	-	0
Homologação	0	0	-	0
Inquérito	0	0	-	0
Mandado de segurança	0	0	-	0
Outros	1	0	-100,00%	1
Protesto	0	0	-	0
Reclamatória-ordinário	265	65	-75,47%	15
Reclamatória-sumaríssimo	48	19	-60,42%	1
Restauração de autos	0	0	-	0
TEE Outros	0	0	-	0
TEE ajuste de conduta MPT	0	0	-	0
TEE conciliação da CCP	0	0	-	0
TEE multa DRT	1	0	-100,00%	0
TOTAL	374	108	-71,12%	41
MÉDIA POR MÊS	31,17	9,00	-71,12%	5,86

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

No ano de 2014, foram distribuídas 108 novas ações em meio físico no Foro de Rio Grande, representando 266 processos a menos que os distribuídos em 2013 (-71,12%).



Destaca-se que, com a implantação do PJe-JT no foro Trabalhista de Rio Grande em 11.12.2012, os cadastramentos realizados no sistema informatizado em 2013 e 2014 referem-se a petições iniciais vinculadas a processos físicos ainda em tramitação (v.g., cartas de sentença, embargos de terceiro). Os casos novos autuados a partir de 11.12.2012 tramitam no meio eletrônico e são distribuídos diretamente às Unidades Judiciárias, sem trânsito pela Coordenadoria de Controle da Direção do Foro.

3.4. PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados							
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Dias úteis	Média/dia
2013	6.698	7.256	6.629	7.067	27.650	233	118,67
2014	3.417	4.129	4.028	4.483	16.057	228	70,43
Variação 2013-2014	-48,98%	-43,10%	-39,24%	-36,56%	-41,93%	-2,15%	-40,65%
2015 (até maio)	1.524	1.723	2.039	2.238	7.524	128	58,78

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Verificou-se, no sistema informatizado, que foram protocoladas 16.057 petições e documentos em 2014. Esse número corresponde a uma média de 70,43 protocolos a cada dia útil no período. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se recuo de 2,15% na média de petições e documentos protocolados.

De acordo com a Coordenadora, as petições, documentos e processos devolvidos ao longo do dia são encaminhados na manhã do dia seguinte à 1ª e 2ª Varas do Trabalho, que estão localizadas no mesmo prédio da Coordenadoria, sito na rua Val Porto, 485. Em relação à 3ª e 4ª Varas do Trabalho, instaladas em outro prédio, é utilizado serviço de malote entre os prédios, sendo as petições, documentos e processos devolvidos colocados no malote do dia seguinte, chegando ao destino no dia posterior. Para petições que envolvem urgência é adotado procedimento especial, procedendo-se de pronto o protocolo e entrega na respectiva Vara do Trabalho.

3.5. ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho.

O arquivo das Varas do Trabalho de Rio Grande fica em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos, no prédio próprio, situado na Rua Val Porto, 485. No prédio locado (sito na Rua Marechal Floriano, 425), onde



estão estabelecidas a 3ª e 4ª Varas do Trabalho, a Coordenadoria dispõe de uma sala de apoio, com arquivo para as respectivas varas do trabalho.

Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria quanto ao número dos processos, ao nome das partes, à numeração de volumes e à existência de despachos determinando o arquivamento. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo.

De acordo com os dados do sistema informatizado, no ano de 2014, foram encaminhadas 83 guias de arquivamento pela 1ª Vara do Trabalho, 107 guias pela 2ª Vara do Trabalho, 69 guias pelas 3ª Vara do Trabalho e 83 guias pela 4ª Vara do Trabalho, totalizando 342 guias de arquivamento no ano.

3.6. LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000054-69.2011.5.04.0122	12.05.2015	22.05.2015	2 meses e 28 dias
0001900-63.2007.5.04.0122	28.07.2015	07.08.2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 20.08.2015)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de dois processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4. ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento, não excedente a 6 meses, para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Rio Grande está dividida em 5 setores/zonas, abaixo especificados. Ressaltou a Coordenadora que a área territorial abrangida pela jurisdição é bem extensa, abrangendo o município do Rio Grande, que possui uma área rural com diversos núcleos urbanos distantes da sede, como Vila da Quinta (25 km), Povo Novo (45 Km), Capão Seco (55 Km) e Taim (120 Km), e, ainda, possui São José do Norte, município vizinho, como núcleo urbano e também extensa área rural que se estende até Bojuru (100 Km da sede).



Setor 1 (Zona 10) – Oficiais Guilherme Agulham e Luis Fernando Guerreiro Goncalves: compreende o bairro Centro, Rua Marechal Floriano até a Av. Major Carlos Pinto e até Almirante Barroso até a Rua Riachuelo;

Setor 2 (Zona 20) – Oficial Felipe Solano Moreira Monteiro de Franca: compreende 10 bairros e, ainda, o Distrito Industrial, a 4ª Secção da Barra e o município de São José do Norte;

Setor 3 (Zona 30) – Oficial Felipe Matozo Knopp: compreende 37 bairros;

Setor 4 (Zona 40) – Oficial Marcio Fernando Bratz: compreende 29 bairros, incluindo Taim, Povo Novo e Vila da Quinta;

Setor 5 (Zona 50) – Oficial Luiz Carlos de Souza: compreende 10 bairros, incluindo Balneário Cassino;

Em cumprimento ao disposto no art. 123 da CPCr, a Coordenadora da Central de Mandados atestou que o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é feito a cada 2 meses.

4.2. DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Os mandados oriundos de processos físicos são distribuídos uma vez por semana, e os mandados concernentes a processos eletrônicos são distribuídos automática e diariamente pelo próprio sistema PJe. Os mandados classificados como urgentes e de plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores, vinculados a processos físicos, é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCr. Após essa análise, os mandados são devolvidos às Varas do Trabalho, nas terças e quintas-feiras. Os mandados vinculados a processos eletrônicos são devolvidos às Varas do Trabalho automaticamente pelo sistema, assim que cumpridos e liberados pelo Oficial de Justiça.

4.3. EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Número de mandados recebidos para cumprimento – Processos Físicos						
	1ª Vara	2ª Vara	3ª Vara	4ª Vara	Total	Média mensal
2013	520	588	331	584	2.023	168,58
2014	326	306	327	467	1.426	118,83



Varição 2013-2014	-37,31%	-47,96%	-1,21%	-20,03%	-29,51%	-29,51%
2015 (até maio)	125	115	147	298	685	97,86

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Considerando exclusivamente **os processos físicos** (o PJe-JT foi implantado no Foro Trabalhista de Rio Grande em **11.12.2012**), a Central de Mandados de Rio Grande recebeu **1.426** mandados para cumprimento **em 2014**, representando recuo de 29,51% na demanda na comparação com o ano de 2013.

Em relação aos mandados recebidos oriundos de processos eletrônicos (PJe), não há como apontar a efetiva quantidade, porquanto o sistema e-Gestão recupera como “recebidos” exclusivamente os mandados já cumpridos pelo oficial de justiça avaliador, não computando no total de “recebidos” aqueles ainda não cumpridos.

Considerando a soma dos mandados recebidos em meio físico (1.426 mandados) e aqueles distribuídos (e cumpridos) em meio eletrônico (1.442 mandados), a média mensal de mandados recebidos manteve-se estável (238,83 em 2013 e 239 em 2014).

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até julho)
Busca e Apreensão	54	47	-12,96%	11
Citação	440	384	-12,73%	167
Condução de Testemunha	17	4	-76,47%	0
Notificação	654	318	-51,38%	182
Penhora	406	347	-14,53%	178
Outros	442	323	-26,92%	156
Total	2.013	1.423	-29,31%	694

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até julho)
Notificação	615	1.135	84,55%	863



Mandado	206	204	-0,97%	192
Ofícios	22	103	368,18%	60
Total	843	1.442	71,06%	1.115

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 17.08.2015)

Em 2014, foram cumpridos **2.865** mandados pelos oficiais de justiça avaliadores, dos quais 1.423 de processos físicos e 1.442 de processos eletrônicos. Na comparação com 2013, quando cumpridos **2.856** mandados, constata-se estabilidade no número de mandados cumpridos.

Destaca-se, com relação aos processos eletrônicos, que o sistema não informa o total de mandados recebidos ainda não cumpridos, circunstância que interfere na avaliação da produtividade dos oficiais de justiça.

Em relação aos tipos de diligências recebidas, os mandados de citação são os mais comuns nos processos físicos, enquanto as notificações são mais frequentes nos processos eletrônicos.

4.3.3. Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2013	2014	Varição 2013- 2014	2015 (até julho)
Busca e Apreensão	5,11	6,17	20,72%	4,18
Citação	7,98	10,35	29,80%	9,57
Condução de Testemunha	23,24	19,00	-18,23%	#DIV/0!
Notificação	5,99	8,33	38,93%	7,91
Penhora	16,04	17,92	11,70%	13,19
Outros	5,58	6,25	12,03%	6,62
Prazo médio geral	8,48	10,70	26,11%	9,31

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até julho)
Notificação	5,75	6,48	12,70%	5,58
Mandado	8,12	9,10	12,03%	7,90



Ofícios	3,77	4,08	8,08%	4,37
Total	6,26	6,68	6,69%	5,92

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 17.08.2015)

O tempo médio para cumprimento dos mandados oriundos de processos físicos passou de 8,48 dias em 2013 para 10,70 dias em 2014 (aumento de 26,11%).

Nos mandados oriundos de processos eletrônicos, o tempo médio para cumprimento foi de 6,26 dias em 2013 e de 6,68 dias em 2014. Os dados colhidos em agosto de 2014 projetam redução do prazo para cumprimento dos mandados, tanto físicos quanto eletrônicos.

Em relação ao lapso para cumprimento de cada tipo de mandado, constata-se que os mandados de penhora são os que demandam mais tempo (17,92 dias), seguidos pelos mandados de citação (10,35 dias). O cumprimento mais célere é verificado nos mandados identificados como “ofícios” pelo PJe (4,08 dias) e de busca e apreensão dos processos físicos (6,17 dias).

4.3.4. Número de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2013		2014		2015 (até julho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	3	5,56%	6	12,77%	2	18,18
Citação	87	19,77%	90	23,44%	58	34,73
Condução de Testemunha	4	23,53%	2	50,00%	0	-
Notificação	73	11,16%	62	19,50%	50	27,47
Penhora	179	44,09%	161	46,40%	89	50,00
Outros	47	10,63%	44	13,62%	28	17,95
Total Geral	393	19,52%	365	25,65%	227	32,71

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.08.2015)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2013		2014		2015 (até julho)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual



Notificação	100	16,26%	276	24,32%	146	16,92%
Mandados	61	29,61%	71	34,80%	58	30,21%
Ofícios	2	9,09%	9	8,74%	4	6,67%
Total	164	19,45%	356	24,69%	208	18,65%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 17.08.2015)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT).

Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária, observa-se, em relação aos processos físicos, que foram devolvidos 365 mandados após o decurso do prazo legal em 2014, o que corresponde a 25,65% de todos os mandados cumpridos. O índice é elevado, considerando que em 2013 o percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 19,52%.

Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, foram devolvidos 356 mandados com atraso em 2014, equivalendo a 24,69% de todos os mandados cumpridos, em 2013 o percentual de mandados devolvidos com atraso correspondeu a 19,45% do total de mandados.

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Rio Grande.

FELIPE MATOZO KNOPP						
PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	-	-	-	-	04	04
Citação	-	-	-	-	26	26
Condução de Testemunha	-	-	-	-	00	00
Notificação	-	-	-	-	32	32
Penhora	-	-	-	-	13	13
Outros	-	-	-	-	31	31
Total	-	-	-	-	106	106

FELIPE MATOZO KNOPP
PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	-	-	00	103
Mandado	-	-	-	-	00	16
Ofício	-	-	-	-	00	10
Total	-	-	-	-	00	129

FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	12	12	18	18	03	03
Citação	99	99	90	90	21	21
Condução de Testemunha	11	11	00	00	00	00
Notificação	146	146	59	59	32	31
Penhora	76	76	56	56	24	24
Outros	130	130	44	44	43	42
Total	474	474	267	267	123	121

FELIPE SOLANO MOREIRA MONTEIRO <u>PJe</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	128	138	223	222	130	131
Mandado	29	36	45	45	48	48
Ofício	06	06	23	23	12	12
Total	163	180	291	290	190	191

GUILHERME AGULHAM <u>PROCESSOS FÍSICOS</u>						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Busca e Apreensão	-	-	-	-	00	00
Citação	-	-	-	-	12	10
Condução de Testemunha	-	-	-	-	00	00
Notificação	-	-	-	-	09	09
Penhora	-	-	-	-	06	05
Outros	-	-	-	-	14	14
Total	-	-	-	-	41	38

GUILHERME AGULHAM

PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	-	-	14	14
Mandado	-	-	-	-	03	03
Ofício	-	-	-	-	02	02
Total	-	-	-	-	19	19

LUIS FERNANDO GUERREIRO GONCALVES

PROCESSOS FÍSICOS

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	04	04	05	05	02	02
Citação	63	63	67	66	27	28
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	80	80	66	64	30	32
Penhora	67	66	70	71	39	39
Outros	78	78	62	62	20	20
Total	292	291	270	268	118	121

LUIS FERNANDO GUERREIRO GONCALVES

PJe

	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
VICE-CORREGEDORIA REGIONAL

Notificação	98	95	206	207	176	178
Mandado	36	35	29	30	31	31
Ofício	04	04	18	17	06	07
Total	138	134	253	254	213	216

LUIZ CARLOS DE SOUZA PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	17	17	08	08	01	01
Citação	112	112	75	74	23	24
Condução de Testemunha	04	04	00	00	00	00
Notificação	134	134	65	63	20	22
Penhora	118	118	65	65	23	23
Outros	96	96	86	86	08	08
Total	481	481	299	296	75	78

LUIZ CARLOS DE SOUZA PJe						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	159	159	253	251	122	124
Mandado	57	57	39	40	33	32
Ofício	05	05	30	30	02	02
Total	221	221	322	321	157	158

MARCIO FERNANDO BRATZ PROCESSOS FÍSICOS						
	Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	-	-	01	01	00	00
Citação	-	-	19	19	50	50



Condução de Testemunha	-	-	00	00	00	00
Notificação	-	-	21	21	47	47
Penhora	-	-	16	16	59	59
Outros	-	-	19	19	35	35
Total	-	-	76	76	191	191
MARCIO FERNANDO BRATZ						
<u>PJe</u>						
Total em 2013		Total em 2014		Total em 2015 (até julho)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Notificação	-	-	84	82	266	268
Mandado	-	-	11	11	51	51
Ofício	-	-	07	07	23	23
Total	-	-	102	100	340	342

5. AVALIAÇÃO DA UNIDADE

O Foro Trabalhista de Rio Grande vive situação peculiar, considerando que a 1ª e a 2ª Varas do Trabalho, bem como a Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados estão situadas em prédio próprio (Rua Val Porto, 485, Bairro Parque Coelho), e a 3ª e 4ª Varas do Trabalho em prédio alugado (Rua Mal. Floriano Peixoto, 425, Centro). Há tratativas para doação de terreno da União, que será compartilhado entre a Justiça do Trabalho e o Ministério Público da União, já tendo sido elaborado o levantamento topográfico do terreno, devendo o MPU apresentar proposta de delimitação das áreas de cada órgão, a fim de que a Secretaria de Patrimônio da União possa fazer a entrega ao TRT.

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e a Central de Mandados de Rio Grande estão sob a coordenação de Cláudia de Felipe Rodrigues, que exerce a função desde 14.4.2014.

A Coordenadoria de Controle tem vinculados a si oito servidores: uma função CJ1 (Coordenador - Cláudia), uma função FC02 (Assistente - Karen), um analista judiciário (José Luiz), e cinco técnicos judiciários (Ernesto, Diogo, Júlio, Rudimar e Tomaz, sendo os quatro últimos com especialidade "segurança"). Na Central de Mandados, estão lotados seis Oficiais de Justiça Avaliadores Federais.

Observou-se, quando da Inspeção Correccional, que, dois servidores da Coordenadoria (Ernesto e José Luiz) e dois Oficiais de Justiça (Felipe Solano e Guilherme) não participaram, no período correccionado, de eventos e cursos de capacitação. Os demais servidores vinculados à Coordenadoria e à Central de Mandados cumpriram, em média, 80 horas de capacitação. Os afastamentos mais significativos foram dos servidores José Luiz (26 dias, doença em pessoa da família), e Felipe Matozo (44 dias, LTS). A movimentação de servidores



envolveu dois Oficiais de Justiça (Giovana e Fabricio) e uma servidora da Coordenadoria (Nilza, aposentadoria).

Verificou-se aumento de 65,67% na média de certidões negativas expedidas em 2014, na comparação com o ano de 2013. Manteve-se estável o percentual de unificação de dados cadastrais das reclamadas (97,82% em 2013 e 98,01% em 2014). A unificação cadastral de órgãos no Foro (68,47%) foi mantida em 2014 e 2015. Observou-se a existência de dois processos em carga com advogados há mais de trinta dias, um dos quais, em 20.8.2015, quando levantados os dados, se encontrava em carga há 2 meses e 28 dias. Em relação à Central de Mandados, observou-se estabilidade no número de mandados recebidos das Varas do Trabalho em 2014 na comparação com o ano de 2013, em média 238 mandados por mês. Houve aumento de 26,11% no prazo médio para cumprimento dos mandados gerados em processos físicos em 2014, constatando-se redução em 2015, conforme dados apurados até agosto; já nos mandados oriundos de processos eletrônicos os prazos, em média, menores que aqueles relacionados com processos físicos, aumentaram 6,69% em 2014, com ligeiro recuo em 2015. Cresceu, em 2014, o número de mandados devolvidos em atraso, e os dados de 2015 indicam novo aumento, em relação a mandados vinculados tanto a processos físicos quanto a processos eletrônicos. Informou a Coordenadora que nas greves dos servidores, em 2014, a adesão de servidores da Coordenadoria e da Central de Mandados foi mínima, em torno de um servidor por período de greve. Na greve de 2015, igualmente, houve adesão de apenas um Oficial de Justiça. Afirmou a Coordenadora ter sido realizado o desfazimento de bens recebidos das Varas do Trabalho e também dos pertencentes à Coordenadoria, ao todo mais de 150 itens, divididos entre duas escolas municipais e um centro popular que lida com moradores de rua.

6. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.2.1, 3.2.2 e 3.2.3 (Unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e órgãos) – Recomenda-se que sejam envidados esforços no aumento dos índices de unificação de dados cadastrais de reclamadas, advogados e de órgãos.

ITEM 3.6. (Livro carga de advogados) – Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso) - Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7. PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os juízes e os servidores da Coordenadoria de Controle e da Central de Mandados, a Vice-Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do



Trabalho da Comarca, no dia 26.8.2015, das 15h às 16h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes ao Foro Trabalhista de Rio Grande.

Compareceu, para esse fim, Alexandre Marin Ragagnin, Coordenador da Procuradoria do Trabalho no Município de Pelotas, que elogiou a atuação de magistrados e servidores das Unidades Judiciárias trabalhistas de Rio Grande, incluídos os Oficiais de Justiça Avaliadores, em face do grave quadro instaurado a partir de 09.8.2014, quando o navio ADAMASTOS foi abandonado na área de fundeio do Porto Organizado de Rio Grande pelo armador, proprietário, agências marítimas e proprietário de carga, colocando em risco e agredindo a dignidade dos tripulantes, demandando intervenção do Ministério Público do Trabalho. Ressaltou a atuação decisiva, oportuna e dedicada dos magistrados e servidores do Foro Trabalhista.

Também compareceram os advogados Everton Pereira de Mattos e Frank Pereira Peluffo, respectivamente Presidente e Secretário-Geral Adjunto da Subseção de Rio Grande da OAB/RS; Halley Lino de Souza, Diretor do Interior da AGETRA; e Jaqueline Souza Schneid, Roberta Boeira Campelo e Ivone Teixeira Velasque, que trataram de assuntos relacionados ao Foro Trabalhista, e ao terreno destinado à construção do novo prédio do Foro Trabalhista de Rio Grande.

A Sra. Nathalia King, e o Sr. Pedro Antunes, ambos da RBS TV, compareceram para entrevistar a Vice-Corregedora.

A Vice-Corregedora, acompanhada pela juíza diretora do Foro em exercício, Simone Silva Ruas, visitou o terreno destinado à construção do novo Foro Trabalhista de Rio Grande.

8. PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Secretaria da Vice-Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao suprimento das inconsistências detectadas.

9. ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Diretora do Foro em exercício, Simone Silva Ruas, pela Coordenadora Cláudia de Felipe Rodrigues, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Nádia Beatriz Dadalt, Assessora do Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Vice-Corregedora Regional.

Carmen Gonzalez
Vice-Corregedora Regional